



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do “Pacto de Estado em Favor de um Judiciário mais Rápido e Republicano”**

**Palácio do Planalto, 15 de dezembro de 2004**

Excelentíssimo senhor José Sarney, presidente do Senado Federal,  
Excelentíssimo João Paulo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados,

Excelentíssimo ministro presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim,

Meu caro companheiro Márcio Thomaz Bastos, ministro de Estado da Justiça,

Meu caro Waldir Pires, ministro da Controladoria-Geral da República,

Meu caro Álvaro Augusto, advogado-geral da União,

Meu caro Nilmário Miranda, secretário especial de Direitos Humanos,

Senhores ministros do Supremo Tribunal Federal,

Meu querido Cláudio Fonteles, procurador-geral da República,

Meus queridos deputados Sigmaringa Seixas, Eduardo Greenhalgh e Maurício Rands,

Meu caro Edson Vidigal, presidente do Superior Tribunal de Justiça,

Meu caro Vantuil Abdala, presidente do Tribunal Superior do Trabalho,

Senhores ministros dos Tribunais Superiores,

Senhores magistrados,

Senhores membros do Ministério Público,

Senhoras e senhores,

Meu caro Aristóteles, presidente em exercício da OAB,

Meus amigos e minhas amigas,



A promulgação da emenda constitucional da Reforma do Judiciário pelo Congresso Nacional, no último dia 8, é motivo de comemoração para todo o povo brasileiro.

Foram, afinal, 13 anos de tramitação até que conquistássemos este notável avanço, fundamental para a construção de um Judiciário mais transparente, mais racional e mais moderno.

Quero cumprimentar a todos os senhores e senhoras parlamentares que compreenderam a importância desse tema e ajudaram o Brasil a dar mais um importante passo no sentido de sua plena democratização.

Assim como o Congresso Nacional, nosso governo trabalhou duro pela aprovação dessa reforma. Mais do que isso, nós a elegemos como uma de nossas prioridades.

Criamos, por isso, a Secretaria de Reforma do Judiciário, no âmbito do Ministério da Justiça, e desenvolvemos uma série de projetos relacionados ao aprimoramento do sistema jurisdicional.

Temos afirmado, desde o início do nosso mandato, que a consolidação da democracia brasileira exige que tenhamos um Poder Judiciário em condições de prestar, cada vez mais, melhores serviços para a nossa população. Pois não há, estou certo disso, exercício pleno da cidadania quando não há acesso a serviços jurisdicionais de qualidade prestados pelo Estado.

Minhas senhoras e meus senhores,

A sociedade exige uma Justiça rápida, acessível e adequada.

A ampla reforma constitucional finalmente promulgada é uma condição necessária para que isto ocorra. Ela não fará por si só, entretanto, que os processos judiciais passem a tramitar com maior rapidez e simplicidade.

Vamos, agora, trazer para a prática judiciária os avanços conquistados nas mudanças da Carta Magna.

Para tanto serão necessários o esforço, o empenho e o compromisso dos três poderes. Foi assim que conseguimos aprovar a reforma constitucional.



Será assim que prosseguiremos na modernização e no fortalecimento do Judiciário.

Minhas senhoras e meus senhores,

Este grande compromisso com a Nação está sendo assumido com a assinatura do “Pacto por um Judiciário mais rápido e republicano”, que foi anunciado no discurso do nosso companheiro Márcio Thomaz Bastos.

Os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, por seus presidentes, se comprometem publicamente a reunir seus melhores esforços para que tenhamos um sistema Judiciário mais eficiente e menos excludente.

Assim, somaremos nossos esforços para conseguirmos: implantar efetivamente as novas disposições constitucionais; simplificar o sistema de recursos processuais; tornar as decisões de primeiro grau mais efetivas; penalizar a utilização predatória do sistema judicial; fortalecer os instrumentos que ampliam o acesso à justiça como as defensorias públicas, os juizados itinerantes e os juizados especiais; eliminar a burocracia – esse é um desafio que nós vamos ter que enfrentar com muita galhardia, porque a burocracia é um “piloto automático” poderosíssimo que, de vez em quando, fica difícil mexer com ele; estimular a adoção do sistema de penas alternativas; e viabilizar a implementação de sistemas modernos de informação que permitam o planejamento racional da atividade judicial em todo o país.

Esses são os objetivos principais dessa grande empreitada que está consolidando e aprofundando as instituições democráticas do Estado brasileiro. Nesta questão, o interesse público deve se sobrepor a quaisquer outros.

E agir em conjunto – de forma harmônica e nos limites da respectiva competência constitucional – é a melhor contribuição que cada um dos Poderes pode prestar à nação neste momento singular da história republicana.

Meus amigos e minhas amigas,

Disse o presidente Sarney e o presidente Jobim que este é um ato histórico. Vocês estão lembrados que há pouco menos de 24 meses nós



afirmávamos que era preciso começar fazendo o necessário, depois nós iríamos fazer o possível e, quando menos a gente esperasse, estaríamos fazendo o impossível.

Eu disse, outro dia, que nós começamos pelo impossível, porque eram poucos os brasileiros que acreditavam que a Câmara dos Deputados e que o Poder Executivo estavam preparados para votar, em apenas dez meses, a reforma da política tributária e a reforma da Previdência Social.

Da mesma forma que poucos acreditavam que fosse possível, em poucos meses de trabalho, com a dedicação de muitos de vocês, que a gente conseguisse aprovar a reforma do Judiciário, que se arrastava no Congresso Nacional por 13 anos.

E, vejam que coisa extraordinária: não só nós aprovamos tudo isso, como nós conseguimos construir, aqui, um Pacto assinado pelos presidentes dos Poderes constituídos do nosso país.

Essa é uma coisa, talvez, mais importante do que tudo que foi feito até agora, porque passa para a sociedade a certeza, a convicção de que nenhum de nós, daqui para a frente, vai poder ficar tentando cobrar o que o outro Poder não fez, sem que antes mostremos se nós estamos cumprindo com a nossa parte.

Desde pequeno a gente aprende que se trabalhar conjuntamente, coletivamente, a gente consegue produzir muito mais.

O que eu acho que está acontecendo hoje no Brasil, presidente Sarney, é que – e como disse o presidente Nelson Jobim – se nós não estivermos preocupados com a nossa biografia e, muito menos, com a nossa fotografia, se não estivermos preocupados com a próxima eleição, que ainda vai demorar dois anos para acontecer, e dedicarmos todo o nosso esforço, em 2005, para fazer o que a gente tem que fazer para dar ao povo a chance de não perder essa oportunidade histórica em que nós estamos consagrando o processo democrático brasileiro, eu penso que nós não teremos nenhuma biografia e



nenhuma fotografia, mas teremos, quem sabe, um pôster com uma fotografia de milhões de brasileiros que serão beneficiados pelo nosso bom senso, que serão beneficiados pelo nosso despojamento pessoal, se nós pensarmos naqueles que sequer tiveram a chance de entender o que estamos fazendo, que sequer têm a chance de entrar neste plenário e que sequer têm a chance, muitas vezes, de passar a alguns quilômetros perto de nós.

Por isso, eu acho que este ato de hoje é muito significativo. Eu acho que é importante vocês atentarem para o compromisso que nós estamos assumindo. É um compromisso que demonstra que, muito mais do que a arrogância política, muito mais do que a vaidade pessoal, muito mais do que o pequeno interesse de saber o que vai acontecer a um de nós no dia seguinte, nós dedicamos um momento da nossa vida para pensar no povo brasileiro.

Meus parabéns ao João Paulo. Meus parabéns ao Sarney. Meus parabéns ao Jobim, ao Vidigal, ao Abdala. Meus parabéns, companheiro Márcio, que acreditou nessa reforma durante todo o tempo que assumiu o Ministério. E meus parabéns a todos vocês que, direta ou indiretamente contribuíram ou vão contribuir para que nós déssemos essa demonstração de convivência civilizada para a sociedade brasileira.

Muito obrigado.